

**1ATA DA 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –
230 DE NOVEMBRO DE 2016.**

3Aos trinta dias do mês de novembro de 2016 às treze horas, no Salão da Capelinha, sito à Rua José
4Rodrigues Santos, nº 820 – Santo Agostinho, teve início o credenciamento dos participantes da 4ª Audiência
5Pública do Conselho Municipal de Assistência Social. Às treze horas e quarenta minutos iniciou-se a
6composição da Mesa e a abertura da Audiência Pública que está prevista na resolução nº 14/2014 do
7Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, e tem como objetivo a apresentação à comunidade,
8das Entidades ou Organizações de Assistência Social, inscritas no Conselho, permitindo a troca de
9experiências entre estas e ressaltando a atuação da rede socioassistencial e o fortalecimento do Sistema
10Único de Assistência Social (SUAS). Estiveram presentes no evento cerca de 130 pessoas, dentre estes,
11presidentes de conselhos; representantes de órgãos públicos; Promotor Público; representantes de
12entidades e organizações de assistência social; outras organizações e associações; usuários dos serviços
13socioassistenciais; trabalhadores do SUAS; e cidadãos, conforme consta em lista de presença que será
14anexada a essa ata. A mestre de cerimônia, Sra. Keila, da Assessoria de Imprensa da Prefeitura, abriu os
15trabalhos convidando para composição da mesa: a Presidente do Conselho Municipal de Assistência
16Social de Franca, Sra. Ernestina Maria de Assunção Cintra; a Vice-Presidente do Conselho Municipal de
17Assistência Social de Franca, Sra. Iara Flávia Afonso Guimarães; e a Conselheira Ana Paula Marafiga
18Pinto. Em seguida, Keila passou a palavra para a Presidente do CMAS, Tina, que fez suas
19considerações, deu boas-vindas aos presentes e falou sobre os principais objetivos da Audiência. Com o
20término da fala, fez breve apresentação sobre as atribuições e dinâmica de trabalho do Conselho
21Municipal de Assistência Social de Franca, aproveitando para convidar os presentes para acompanhar as
22reuniões ordinárias do Conselho. Ressaltou também que para uma entidade poder executar um serviço
23socioassistencial, é necessário que esteja inscrita no CMAS e devendo ainda executar um serviço
24previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Por fim, explicou que seriam
25apresentados os Serviços de Proteção Social Básica e Especial e a rede executora. Esclareceu que ao
26final da apresentação, haveria um espaço para debates seguido de uma café acompanhado da exposição
27dos serviços prestados pelas Entidades e Unidades Estatais, através dos estandes organizados pelas
28mesmas. Seguindo, iniciaram-se as apresentações, que manteve a seguinte ordem: Apresentação da Rede
29de Proteção Social Básica, realizada pela Vice-Presidente Iara e em seguida, a Rede de Proteção Social
30Especial, realizada pela Conselheira Ana Paula. As conselheiras explicaram como a rede está
31organizada, quais são as entidades que a compõe e o referenciamento ao CRAS ou CREAS. Na
32sequência iniciou-se o espaço para debates e perguntas. Primeiramente, a Sra. Victalina, solicitou a
33palavra elogiando o novo formato da Audiência Pública e sugeriu que a palavra “controle” em Controle
34Social, fosse repensada, uma vez que sugere uma ideia de autoritarismo. A presidente Tina, respondeu
35que a palavra não é utilizada visando este sentido e sim de supervisão, porém agradeceu a participação e

36afirmou que concorda que os termos utilizados devem ser repensados e reavaliados sempre. Seguiu-se
37com a pergunta do Promotor Dr. Paulo Borges, que apresentou as seguintes questões: *“por que o*
38*trabalho infantil não está sendo tratado, atualmente, pelo serviço especializado em abordagem social,*
39*relacionado com o Fórum Municipal de Erradicação de Trabalho Infantil; Como está sendo garantido*
40*o breve retorno da criança no convívio familiar e como o município acompanha este retorno; e, por fim,*
41*a sugestão de estabelecer parcerias com a OAB, Defensoria, Ministério Público, Associações e*
42*Faculdades, como a FDF, Unesp e Unifran.* Tina, respondeu que há uma Comissão específica para
43acompanhamento da Rede e que além do conselho há a equipe de monitoramento na Secretaria de Ação
44Social, mas mesmo assim não é suficiente, sendo necessário aprimorar o sistema de acompanhamento,
45como foi sugerido pelo promotor. Com relação à alta complexidade, todas as Entidades que
46desenvolvem serviços, devem trabalhar com a perspectiva de assessoramento e garantias de direitos, e
47hoje tem-se encontrado muita ressonância nesses órgãos de defesa de direito. Sobre o a relação do
48Conselho ao assessoramento, destacou a parceria com um Núcleo de Cidadania Ativa da Unesp para a
49realização de capacitação continuada aos conselheiros, uma vez que os mesmos renovam-se. Ressaltou
50ainda a importância dos equipamentos de defesa de garantia e de direitos para poder garantir as
51demandas das pessoas, do público da política de assistência social. Para complementar as perguntas
52feitas pelo promotor, passou a palavra para a Ana Paula, considerando que a mesma responde
53atualmente pela Direção de Proteção Social do Município. Esta iniciou mencionando que o trabalho
54desenvolvido nessa área foi remodelado por meio das Ações Estratégicas do PETI. Inicialmente esse
55trabalho foi focado na mobilização, informação e identificação desse público pelo CREAS, sendo
56tentado a aproximação entre a abordagem social (questão do tráfico de drogas, exploração sexual)
57perante a sociedade civil. Ressalta que é um desafio que estende-se para a assistência social, já que é
58fundamental o acompanhamento entre a instituição de acolhimento de crianças e adolescentes. Tina
59complementa que deve-se avançar nesses aspectos, e que na assistência, à medida que discute-se, vai
60obtendo clareza nesta política que é recente. Seguindo com as perguntas, Regina, assistente social, fez
61um apelo às entidades para abram campos de prestação de serviços da comunidade. A mesma informou
62que trabalha com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e se depara
63com dificuldades de encontrar polos para a realização dos serviços a serem prestados. Tina, destacou
64então a importância do trabalho entre as redes. Logo em seguida, Lucinéia, assistente social, solicitou a
65palavra e ressaltou os avanços ocorridos na área da assistência social, nessa gestão. Porém apresentou
66uma preocupação como trabalhadora do SUAS, sobre o que o Conselho de Assistência Social pode
67garantir para todos os trabalhadores, já que há a possibilidade de assumir um gestor da assistência social
68que não defenda os mesmos princípios defendidos atualmente no SUAS. Tina, respondeu que antes
69mesmo das eleições, o Conselho havia emitido um ofício aos candidatos, encaminhando juntamente o
70Plano de Assistência Social para que os mesmos pudessem observar as diretrizes da política de

71assistência social. Após as eleições, foi encaminhado outro ofício para o prefeito eleito na perspectiva de
72conversar sobre a Política de Assistência e sobre suas necessidades para que não haja retrocesso e
73afirmou que o conselho está sempre atento a essas questões. Posterior a isso, Rejane, assistente social,
74questionou que diante da diminuição dos valores a serem repassados para as Entidades em 2017, do qual
75já havia sido estabelecido um aumento de 10% dez por cento, e posteriormente foram notificados que
76esses valores foram reduzidos para 7,61 % (sete e sessenta e um por cento), como o Conselho poderia
77atuar para reverter esta situação e manutenção da qualidade dos serviços oferecidos. Tina respondeu que
78o conselho também foi informado de última hora, por meio de uma convocação da Secretaria de
79Finanças para uma reunião com a Comissão de Orçamento. Disse que esta decisão deve ser discutida
80este ano no Conselho. Posterior a isso, a mesma discutida as demandas nos conselhos. Sem mais
81considerações e não havendo mais nenhuma manifestação dos participantes, a Presidente, Tina, encerrou
82o evento, agradecendo a presença de todos e informou que a Audiência é gravada e posteriormente a
83Secretaria executiva elaborará a ata do evento que ficará disponível no link do CMAS. Aproveitou para
84reforçar o convite para participação nas reuniões ordinárias do Conselho, alegando que uma política
85forte só se faz com a presença de todos, de que a população tem direito à voz, ressaltando que na
86coletividade as coisas acontecem. A Vice-Presidente Iara e a conselheira Ana Paula também
87agradeceram a participação de todos e a oportunidade de poder contribuir com o evento. Nada mais
88havendo a tratar a audiência foi encerrada e a ata lavrada pela Secretária Executiva do Conselho
89Municipal de Assistência Social.